



BALANÇO DE GESTÃO – 2005/2008¹

Beatriz Kushnir²

1. AGCRJ

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) tem sua origem na refundação da cidade, em 1567.³ Preservando a documentação gerada e acumulada pela Câmara, acolhe um acervo de uma *cidade/Capital* – da Colônia, do Império e da República, até 1960. Em 1975, com a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a cidade tornou-se a capital do novo estado do Rio de Janeiro, regressando à condição de município. A competência original do AGCRJ não se concretizou naquela época, mas com o Decreto nº 20.113/2001, que o definiu como *Gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade*. A partir de janeiro de 2003, coube ao AGCRJ: elaborar, implantar e acompanhar a execução da *Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados*, no âmbito do Poder Executivo municipal. Tal diretriz deve garantir a gestão, a preservação e o acesso aos documentos públicos municipais e a proteção especial aos arquivos privados de interesse público.

Composto por acervos que remontam à Colônia, o AGCRJ tornou-se o Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal em 5/8/1893. A instituição completa, neste ano de 2008, 115 anos na esfera municipal, e por seu caráter, pôde atribuir uma legislação própria para a consulta aos documentos. As flexibilidades possíveis neste âmbito permitirão outras regras de acesso à História do Tempo Presente.

Sou historiadora de formação e iniciei minhas atividades junto à SMC, em janeiro de 2003. A partir de agosto de 2004, fui nomeada Diretora do Memorial Getúlio Vargas, após coordenar a instalação deste novo equipamento. Em abril de 2005, fui convidada a assumir a direção do Arquivo

¹ Texto apresentado por ocasião da “XIX JORNADA ARQUIVÍSTICA DA UNIRIO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARQUIVO” (26/11/2008).

² Currículo Lattes Beatriz Kushnir: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4782950T6&tipo=completo>

³ O termo “refundação” é utilizado porque, em 1/3/1565, Estácio de Sá fundou a cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de demarcar o território e expulsar os franceses que já estavam ali há 10 anos. Um mês após banir os invasores, Estácio de Sá morreu em 20/2/1567, em consequência dos ferimentos de uma flecha envenenada, durante os combates. Mem de Sá, terceiro governador-geral



Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Encontrei uma instituição esvaziada, como pouquíssimos funcionários, e que nunca passou por um processo de concurso para os cargos específicos necessários às funções aqui realizadas⁴.

Cumpre acrescentar que os funcionários lotados no Arquivo são, em sua maioria, professores concursados, que exercem funções de arquivista e de historiador. O mais assustador era a ausência de um controle do acervo (Guia de Fundos) e a necessidade de tratamento de todo o conjunto documental. Para dar conta das inúmeras necessidades, investimos na inscrição de projetos nas diversas Leis de Incentivo. Fomos contemplados com 10 (dez) em 2 anos e ½.

Concomitante a esta iniciativa, optei por direcionar uma rearticulação da instituição com as esferas universitárias. Esta foi uma das primeiras atividades e visava a permitir uma atualização teórica no interior da instituição. Nesse sentido, em agosto de 2005, realizamos o **Seminário Propriedade Intelectual e Direito de Uso da Imagem**, em parceria com a Comissão Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual (CODEPIN). Um grupo significativo de especialistas – advogados, procuradores, gestores públicos e acadêmicos – discutiu a legislação referente ao direito autoral e de imagem. O objetivo era o de aprofundar a discussão sobre o controle dos acervos, debate que se estabeleceu a partir do inquestionável direito do cidadão ao acesso à informação. As palestras (da Dr^a Silvia Gandelman, do Dr. João Carlos de Camargo Éboli e da Dr^a Deborah Nigri) estão no site do Arquivo (www.rio.rj.gov.br/arquivo) para download e auxiliaram ao AGCRJ a se reposicionar teoricamente frente à questão.

Na mesma ocasião, inauguramos a exposição **Avenida Central: contrastes do tempo**, comemorativa do centenário da abertura da avenida renomeada Rio Branco, em homenagem ao barão, que faleceu em 1912. Trata-se da reprodução da planta original do traçado da avenida e de desenhos das fachadas que foram premiadas no concurso de fachadas organizado pela Prefeitura de Pereira Passos, de forma a garantir que a nova via, semelhante em beleza e grandiosidade aos *boulevards* franceses, servisse como uma vitrine do ingresso do país à modernidade.

Se estas ações buscavam reposicionar o AGCRJ, problemas de refrigeração atingiam o acervo desde os anos de 1990. Havia uma obra licitada, desde 2002, para troca do sistema de ar condicionado central. Esta se encontrava parada naquele momento e só obteve solução definitiva em maio de 2007.

Em 2006, a **Coleção Particular de Carlos Lacerda/Coleção Walter Cunto - Mauro Magalhães/Carlos Lacerda (1947-84)** foi doada ao Arquivo da Cidade. O corpus documental tem

do Brasil e tio do fundador da cidade transferiu, então, a cidade da área da Urca para o Morro do Castelo, com o objetivo de melhor defendê-la de ataques. A esta mudança denomina-se *refundação*.

⁴ Há um processo solicitando um concurso que supra todas as áreas da instituição. Este se encontra na SMA. Em agosto de



os perfis do acervo público e privado, originário do Governo Carlos Lacerda e da empresa privada TELEPLAN S.A. A natureza do acervo é formada por releases da Assessoria de Imprensa do Governo Carlos Lacerda (1960-65); discursos transcritos pela Rádio Roquete Pinto; documentação pessoal (artigos, correspondências, desenhos); recortes de jornais; fotografias e acervo audiovisual com registros de discursos e solenidades do governo Lacerda, gerando uma cifra de 20 metros lineares de documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, distribuídos em: a) 6,81 metros lineares de documentação textual (impressos, recortes de jornais); b) 465 rolos de filmes em tamanhos variados; c) 511 fitas de áudio: 409 (rolo) e 102 (K7); d) 10 discos; e) 2,71 metros lineares de negativos; e f) 3.738 folhas de contato fotográfico. Todo este acervo, exceto o fílmico, encontra-se tratado e à disposição do pesquisador.

A importância desta doação é a de impulsionar um recolhimento constante, que o AGCRJ não fazia. Neste sentido, objetivou-se tratar igualmente o acervo **Imprensa Alternativa**, de cerca de 1.300 títulos de periódicos: jornais, revistas, cadernos, boletins, suplementos e folhas publicados de 1950 a 2000, constituído de jornais políticos, culturais, de humor, literários, de contracultura, de temática gay e de minorias. A maioria foi publicada entre 1976 e 1982, quando o espaço para a manifestação foi drasticamente suprimido pela ditadura militar. Todo o acervo foi organizado e acondicionado, estando aberto à consulta pública mediante agendamento no site do Arquivo da Cidade. Este conjunto foi incorporado ao Projeto “Memórias Reveladas” e receberá financiamento do Arquivo Nacional para a microfilmagem.

Na perspectiva de divulgarmos a diversidade do acervo da instituição, (re)criou-se a **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. A publicação objetiva promover, nas suas páginas, o encontro sistemático de especialistas e interessados nos problemas e dilemas da vida carioca, através da abordagem multidisciplinar e transdisciplinar, incorporando as contribuições de diversos profissionais de forma inovadora, criativa e atualizada. Assim, a intenção desta publicação, além de reatar o fio da tradição cultural, representa, principalmente, o resgate de uma dívida para com a História da Cidade, bem como a continuação de um relevante serviço prestado à população, uma vez que a sua antecessora, a Revista do Arquivo do Distrito Federal, constitui uma fonte imprescindível para os estudiosos da urbe carioca. Poderia igualmente ser vista como uma reafirmação da perspectiva democrática, pluralista e inclusiva da Secretaria Municipal das Culturas e da Prefeitura do Rio, preocupadas em fomentar o acesso da população aos conhecimentos e informações recém-produzidos sobre a cidade, suas culturas e seu patrimônio material e imaterial.

Já foram publicados dois números da Revista (2007 e 2008), financiados pela Lei do ISS da



PCRJ. Na continuidade desta visão de difusão do acervo, instituiu-se o **Concurso de Monografia Arquivo da Cidade/Prêmio Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos**, cuja finalidade é selecionar um estudo que tome o Rio de Janeiro como tema, quer enfocando o passado da cidade, na linha do resgate histórico, quer tratando de nossa história mais recente, fornecendo análises e discussões sobre o Rio contemporâneo. Podem ser inscritos trabalhos nas áreas de história, geografia, antropologia, arquitetura, urbanismo, saúde e cultura em geral, desde que entre as fontes consultadas figurem documentos iconográficos, manuscritos ou impressos pertencentes ao acervo do Arquivo da Cidade. Dois livros foram premiados e publicados: *À Flor da Terra. O cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro* (2007), de Júlio César Medeiros, e *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808/1824)*, (2008) de Mônica de Souza Martins. Projeto financiado pela Lei do ISS da PCRJ e que se encontram também em download no site do Arquivo.

Dando prosseguimento às ações destinadas a aprofundar o conhecimento sobre o acervo da Prefeitura do Rio e a instituir políticas de recolhimento, em 2007, implementou-se o **1º CENSO DOS ARQUIVOS DA PREFEITURA DO RIO**.⁵ Procedeu-se a um primeiro levantamento e identificação de toda a documentação produzida pela Prefeitura e seus órgãos constituintes no exercício da administração da coisa pública, com o objetivo de recolher ao Arquivo da Cidade os documentos de valor histórico e probatório e de orientar os produtores com relação à organização de seus acervos intermediários e correntes. Através do Censo dos Arquivos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (CA-PCRJ), buscou-se, no modelo divulgado pelo Arquivo Nacional, a constituição de um sistema próprio, elaborado pelo IPLAN.

Assim, após treinamento, foi disponibilizado um formulário com questões essenciais ao levantamento e identificação de acervos e estas foram adaptadas para a aplicabilidade nos órgãos do Sistema Municipal de Arquivos (SIMARQ). Na conclusão do levantamento do CA-PCRJ e com o devido mapeamento documental, o AGCRJ terá subsídios para mensurar, desenhar e planejar suas necessidades de curto, médio e longo prazos, enfocando acondicionamentos e mobiliários específicos conforme os suportes documentais dos acervos que serão recolhidos e, também, mensurar áreas físicas para os documentos convencionais e os digitais, com equipamentos compatíveis aos programas que serão vinculados ou recolhidos, a fim de poder custodiar e dar acesso aos conhecidos documentos eletrônicos digitais. Com isso, visa a gerar fomentos, fixar e firmar procedimentos que definirão o Ciclo Vital dos Documentos, compreendendo as fases de elaboração, classificação, registro, uso, guarda e destinação adequada da produção de todos os

⁵ Instituído pelo Decreto nº 28.520, de 10/10/2007.

documentos públicos. Com este processamento, o Arquivo Geral da Cidade atenderá, com propriedade, às legislações vigentes que delegaram ao C/AGCRJ competências tais como: gerência do Sistema Municipal de Gestão de Arquivos e da Gestão da Memória da Cidade do Rio de Janeiro, sendo esta última a própria missão ou objetivo principal da existência do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

O Censo é decorrência, certamente, de uma ação anterior e que busca constituir o **Guia de Fundos do AGCRJ**. Iniciou-se o levantamento e identificação dos órgãos produtores dos documentos que integram o acervo do Arquivo da Cidade, com a intenção de estabelecer um controle físico e intelectual sobre o mesmo, de modo a organizar os conjuntos documentais de acordo com a sua origem, facilitando o acesso e a consulta e contribuindo para que se tenha uma real dimensão do acervo, para evitar perdas e furtos. Além do mais, o arranjo dos acervos e sua posterior divulgação on-line facilitarão a consulta e permitem o controle físico e topográfico de todo o conjunto, proporcionando a democratização do acesso, a informação e segurança do mesmo. Apesar das muitas pesquisas acadêmicas e dos mais diversos trabalhos sobre o Rio de Janeiro, o acervo do Arquivo da Cidade não tinha, até este momento, a organização sistemática de seu acervo e a recuperação dos fundos que o compõem. Trata-se, portanto de um universo documental de grande alcance, acumulado durante mais de 400 anos de administração da cidade.

Assim, o Guia de Fundos on-line disponibilizará, neste momento, informações sobre algumas Coleções Particulares, possibilitando um panorama dos conjuntos documentais produzidos e/ou acumulados por personalidades políticas, acadêmicas ou artísticas.

Corroborando a importância do acervo depositado nesta instituição, tivemos a **Nominação ao Registro Nacional do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO**. O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO recebeu dezessete proposições em 2007, de diversas organizações nacionais, com o pleito de Nominação no Registro Nacional do referido Programa. Reunido no dia 11 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro, em Sessão Plenária, o Comitê avaliou as proposições e selecionou dez como acervo de relevância nacional, entre elas as **Vereanças do Senado da Câmara**, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, reconhecida em cerimônia de diplomação no dia 8 de novembro de 2007, por ocasião da Reunião do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo da Unesco.

Paralelamente a estas atividades, recebemos a aprovação e aguardamos os recursos financeiros da **Microfilmagem e Recuperação da Série Escravidão do Arquivo Geral da Cidade e do Museu Histórico da Cidade** – Patrocínio da ADAI - Proyectos archivísticos 2007 (X Convocatória) Ministerio de Cultura de España. A documentação da Série Escravidão das duas



Instituições remetem ao período entre 1758-1888 e contém informações importantes para o desenvolvimento de pesquisas, com dados históricos do movimento urbano, social e econômico da cidade que foi capital da Colônia e do Império. O tratamento, organização e microfilmagem da documentação permite o acesso às informações via microfilme e a inserção das mesmas no Sistema Virtual de ambas as Instituições. O projeto visa a organização, conservação e difusão da documentação.

Dando continuidade à diretriz que prioriza o tratamento do acervo, fomos aprovados pelo Edital de 2006 do Programa do BNDES e aguardamos a liberação financeira para a catalogação, higienização e acondicionamento dos 1536 Livros de Registro do imposto denominado **Décima Urbana**. Criado por D. João VI, assim que chegou ao Rio de Janeiro, para fazer frente às despesas de instalação da Corte portuguesa na cidade, vigorou de 1808 a 1938, quando foi substituído pelo atual IPTU. Trata-se de acervo de grande valor histórico e probatório, pois permite a reconstituição da evolução territorial e urbana da cidade e da sua ocupação. Sua organização será realizada com apoio do BNDES, através da rubrica Apoio a Projetos de Preservação de Acervos.

Debruçamo-nos sobre o **Acervo Marcos Tamoyo**, doado ao Arquivo da Cidade, no dia da inauguração de suas instalações, em 1979. Foram iniciadas, então, a audição, transcrição e resumo de cerca de 200 fitas cassete contendo os discursos de Tamoyo em solenidades oficiais tais como inauguração de escolas, de centros de saúde, de praças, do RioCentro, do Autódromo, festas comemorativas, etc., que constituem fontes imprescindíveis para a historiografia sobre a cidade. Os resumos podem ser consultados on-line. Também se procedeu à audição, transcrição e resumo das fitas cassete do acervo alusivo à gestão Júlio Coutinho. Todos esses acervos sonoros, como os que integram os acervos Carlos Lacerda e Negrão de Lima, foram digitalizados e preservados, recuperando as fontes e informações originais e os salvaguardando de quaisquer perdas futuras no que concerne aos suportes.

Durante o ano de 2008, em que o AGCRJ completa 115 anos na esfera municipal, finalizou-se o **Portal Augusto Malta**. Trata-se de um site dedicado a Augusto Malta (1864-1957) e a seus filhos, Aristógiton e Uriel, seus prosseguidores na vida e na arte. Uma homenagem a um artista responsável pelas mais belas fotografias do Rio Antigo. As imagens captadas por estes profissionais e que integram os acervos do Arquivo da Cidade e do Museu da Cidade estão disponíveis na web para pesquisadores e interessados nos assuntos relacionados à cidade do Rio de Janeiro. Augusto Malta foi um fotógrafo contratado pelo prefeito Pereira Passos, em 1903, quando este estava fazendo a reforma urbanística do Centro e muitos imóveis foram desapropriados. A função do fotógrafo era registrar o imóvel que existia, preparando uma espécie de dossiê, cujo objetivo era servir de prova, pois quando os proprietários reclamassem do valor pago na desapropriação o

prefeito teria o registro fotográfico para se resguardar. Segundo Augusto Malta, os proprietários de alguns “pardieiros” diziam que possuíam sobrados, isto é, imóveis de dois andares, e ficavam surpresos quando se deparavam com as fotos provando que estavam faltando com a verdade.

Outra função do fotógrafo era registrar as transformações urbanísticas e as obras do prefeito Pereira Passos. O cargo oficial de fotógrafo do município do Distrito Federal foi criado para Augusto Malta, em 1903. Ele trabalhou até 1936, e seus filhos, Aristógiton e Uriel, continuaram seu trabalho depois que ele se aposentou. As primeiras duas mil imagens digitalizadas são as dos negativos de vidro e vão até 1939, sendo que o total das imagens cobre o período que vai de 1903 até a década de 1950. Solicitamos, junto a Lei do ISS, um projeto para o tratamento e constituição do Portal Henrique Dodsworth. Fomos contemplados para o ano de 2009 e estamos aguardamos o aporte financeiro.

Em fase de realização, a **Implantação do Centro de Microfilmagem**. A instalação de um Centro de Microfilmagem nas dependências do Arquivo da Cidade era uma ambição antiga do órgão, porque a reprodução dos documentos em microfilme facilita o acesso às informações e aos dados que o pesquisador, o cidadão e o administrador público buscam. Possibilita, também, que o conhecimento sobre o acervo seja aprofundado e sejam identificadas novas fontes documentais, abrindo outras perspectivas e novos objetos de estudo para mestrandos, doutorandos e demais estudiosos da cidade do Rio de Janeiro.

A microfilmagem de acervos, como os da Secretaria de Fazenda, agiliza a consulta a documentos fiscais, aumentando a arrecadação, assim como traz subsídios para as Secretarias de Obras e de Urbanismo nas suas intervenções no tecido da urbe. Os cidadãos que buscam plantas de imóveis são beneficiados pela resposta mais rápida à sua solicitação. A modernização do acesso aos documentos tem reflexos na própria instituição, na sua dimensão de produtora de conhecimento, trazendo subsídios para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, os usuários não precisarão consultar os originais, contribuindo para a preservação de acervo de grande valor histórico e probatório e garantindo a existência de cópias de segurança. São, portanto, amplas as possibilidades que a instalação do Centro de Microfilmagem traz para a instituição.

Como um exercício lúdico, instalamos, para comemorar os 115 anos do AGCRJ, um **Painel de Azulejos** na parte exterior do edifício do Arquivo da Cidade. O painel decorativo de azulejo reproduz uma planta antiga da Cidade, parte do acervo do Arquivo. Essa iniciativa faz parte dos esforços no sentido de prover o Arquivo e seu entorno de melhorias tanto do ponto de vista estético quanto de maior visualização em relação à segurança (reforma do piso da calçada, execução de letreiro em mosaico de pedra portuguesa, instalação de concertina e ampliação da área de cercamento).

A instalação do painel decorativo tem o objetivo, também, de chamar a atenção de quem passa pela avenida Presidente Vargas para a instituição e para o seu valioso acervo, que remonta à época da fundação do Rio de Janeiro por Estácio de Sá, em 1565. Guardião e preservador da memória dos cariocas, o Arquivo da Cidade compartilha com os transeuntes um dos mais belos registros da história da cidade.

Fazem parte das publicações do AGCRJ - encontram-se no prelo, dois livros:

- *A Travessia da Arca Grande*, publicação de livro sobre a história do Arquivo da Cidade, tendo como cenário as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro nos últimos 115 anos, desde a proclamação da República e a criação do Arquivo do Distrito Federal até os dias atuais. Pesquisa e redação efetuadas pela equipe da instituição;
- E um segundo livro contendo os depoimentos daqueles profissionais cuja trajetória em algum momento cruzou-se com a do Arquivo da Cidade (diretores, arquitetos, detentores de cargos em órgãos aos quais o Arquivo da Cidade foi subordinado) possibilitam não só ampliar o conhecimentos sobre os fatos registrados nos documentos como também transmitir informações pitorescas impossíveis de ser encontradas nas fontes oficiais.

Este ano, instituiu-se o **Conselho Municipal de Arquivos do Rio de Janeiro (COMARQ)**, pelo decreto n° 29966, de 8/10/2008. O **COMARQ** estava previsto na Lei 3404, de 2002. Estamos pleiteando o **Tombamento do Acervo do AGCRJ**. Para tal, elaboramos um decreto que determina o tombamento do Acervo Documental – Escrito, Impresso, Cartográfico, Sonoro, Imagético, Bibliográfico, Fílmico e Museológico - do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Este é o primeiro tombamento de acervo da PCRJ e aguardamos o retorno da PGM.

Faz parte dos projetos aprovados pela Lei do ISS o **Portal legislativo on-line**. Semelhante ao Portal do Senado Federal, esse recurso financeiro deverá nos auxiliar a digitalizar todos os decretos desde 1891, permitindo uma consulta direta. Aguardamos os recursos da Lei de Incentivo para iniciá-lo.

Mais do que um rol de realizações, o relatório de gestão aqui apresentado foi pensado como um dever: o de se fazer conhecer um trabalho de três anos.

Beatriz Kushnir.

Diretora

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro